ISSN 1982-5528

ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS: PANORAMA GLOBAL E NOVOS DESAFIOS

Daniela Gaspar Garcia de Matos
Doutoranda em Biologia da Conservação,
Universidad Complutense de Madrid - UCM
Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFC
E-mail: danielagaspar@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Durante séculos as atividades humanas vêm causando transformações nas paisagens naturais. Todavia, nos últimos 100 anos a capacidade de alteração vem sendo incrementada em virtude do crescimento populacional humano e, especialmente, do exponencial avanço tecnológico. A Avaliação Ecossistêmica do Milênio[1] constatou que estamos perdendo biodiversidade em todos os biomas mais rápida e extensivamente que em qualquer intervalo de tempo equivalente na história da humanidade. Constatou ainda que 60% dos serviços dos ecossistemas estão degradados e que 30% das espécies em todo o mundo estão ameaçadas pelas mudanças climáticas.

A maioria dos recursos brindados pela natureza como a fertilidade dos solos e águas limpas estão sendo sobreexplorados pelas atividades humanas: os desmatamentos, a pesca descontrolada, dentre outras ameaças, acarretam fortes pressões ao meio ambiente e como conseqüência, a capacidade do mundo natural de subsidiar a vida humana está diminuindo.

Segundo SCDB (2010), as tendências atuais estão nos levando cada vez mais perto de uma série de potenciais pontos de ruptura, que reduziriam de maneira catastrófica a capacidade dos ecossistemas de prestarem esses serviços essenciais.

Atualmente, as Áreas Protegidas[2] (AP), têm um importante papel no que concerne à perda de biodiversidade e seus efeitos associados. Esses espaços são globalmente reconhecidos como uma das principais estratégias aplicadas à conservação *in situ* de ecossistemas naturais e de sua diversidade e se encontram presentes em quase todos os países do mundo. Além disso propiciam uma série de bens e serviços à sociedade, podendo ainda funcionar como motores da economia rural, contribuindo para o alívio da pobreza, oferecendo oportunidades de emprego e meio de subsistência às pessoas que vivem dentro ou no entorno das mesmas.

[1] A Avaliação Ecossistêmica do Milênio é um programa de trabalho internacional que foi conduzido entre 2001 e 2005, com o intuito de avaliar as conseqüências das mudanças nos ecossistemas sobre o bem-estar humano e estabelecer uma base científica para fundamentar ações necessárias para assegurar o uso sustentável dos mesmos.

[2] Segundo a Convenção da Diversidade Biológica (1992), uma área protegida é "uma área definida geograficamente que é destinada, ou regulamentada, e administrada para alcançar objetivos específicos de conservação". No Brasil o termo "Unidades de Conservação" é muitas vezes utilizado como sinônimo de Áreas Protegidas, ainda que estas últimas compreendam um conjunto mais amplo de espaços geográficos protegidos.

Reconhecendo a importância fundamental dessas áreas, a maioria dos países desenvolveu um sistema de áreas protegidas. Segundo dados publicados em 2010, no website[3] da Convenção da Diversidade Biológica[4] (CDB), essa rede mundial está composta por cerca de 130.000 áreas protegidas, que abarcam 12,9% da superfície dos continentes e 6% de áreas marinhas territoriais. O êxito e a difusão alcançados por esse modelo de administração territorial levou a qualificar o sistema mundial de áreas protegidas "como um dos compromissos mais grandiosos da história da humanidade, em matéria de uso coletivo da terra" (Acordo de Durban, 2003).

Neste ensaio se pretende enfocar as áreas protegidas desde uma perspectiva global, abordando as recentes mudanças na forma de entender e manejar esses espaços e fazendo referência às iniciativas internacionais de coordenar ações para alcançar maior eficácia na gestão dos mesmos. Pretende-se ainda, destacar os avanços conseguidos até o momento e os pontos críticos que desafiam os profissionais da conservação, no intuído de manejar da melhor forma possível esses espaços naturais.

2 MUDANÇAS DE PARADIGMAS

A origem histórica dos espaços naturais protegidos se encontra na vontade de uma sociedade que, consciente da sua capacidade de transformar a natureza, deseja evitar a desaparição de lugares excepcionalmente destacados pela grandiosidade de suas paisagens, a riqueza ou singularidade de sua flora e fauna, ou mesmo pelo seu estado primitivo. Os primeiros parques nacionais foram entendidos como espaços isolados, segregados de um território circundante vertiginosamente antropizado. As teorias conservacionistas clássicas sintonizavam com a crença no equilíbrio imutável da natureza, conseqüentemente, os primeiros objetivos de conservação estavam focados em manter lugares inalterados e livres da presença humana. Até os anos 80 a conservação era abordada numa perspectiva de isolamento e as áreas naturais eram protegidas dos efeitos destrutivos do desenvolvimento humano.

Neste princípio de século XXI a percepção das profundas mudanças que estão ocorrendo está mudando a forma de entender e manejar esses espaços. Esta perspectiva de natureza imutável como objetivo fundamental de conservação foi rebatida pelo conhecimento científico atual. O enfoque conservacionista onde APs eram consideradas "ilhas de conservação", foi superado pelos conhecimentos sobre metapopulações e o funcionamento ecológico da paisagem. A tradicional dialética conservação-exploração foi refutada pela demonstração dos benefícios econômicos do funcionamento natural dos ecossistemas (consolidação do conceito de bens e serviços ambientais) e pela evidência de que algumas formas de exploração da natureza conduzem à pobreza por sobrecarga da capacidade dos mesmos.

Dessa forma, o que antes se via como um luxo (paisagem e vida silvestre isolados para o desfrute de poucos), hoje constitui uma necessidade fundamental para a subsistência

[3] http://www.cbd.int/protected/implementation/

[4] A Convenção da Diversidade Biológica é um dos principais acordos internacionais sobre o meio ambiente e funciona como uma base legal e política para diversas convenções e acordos ambientais mais específicos. Referida convenção reconhece a importância da diversidade biológica para a evolução e manutenção dos sistemas de suporte de vida no nosso planeta e do combate às causas da redução ou perda dessa diversidade. Seus objetivos são: a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos seus componentes e a distribuição equitativa e justa dos benefícios.

de toda a sociedade. A mudança de foco sobre o papel dessas áreas está refletida nos "Objetivos de Desenvolvimento do Milênio"[5], onde o estado e a eficácia da rede mundial de áreas protegidas é indicador da consecução do seu 7º objetivo.

Como conseqüência dessa forma inovadora de conceber conservação, a gestão das áreas naturais protegidas está passando por uma reformulação, a qual contempla um novo enfoque de valorização dos seus benefícios e admite numerosas atividades humanas compatíveis com a manutenção da saúde dos ecossistemas.

O referido enfoque, também chamado "Abordagem Ecossistêmica", é uma estratégia para o manejo integrado da terra, da água e dos recursos vivos, que promove a conservação e o uso sustentável de modo equitativo. Baseia-se na aplicação de metodologias científicas, focadas nos níveis de organização biológica que abrangem os processos, funções e interações essenciais entre os organismos e seu ambiente. Reconhece ainda que os seres humanos com sua diversidade cultural são parte integrante dos ecossistemas (SCBD, 2006).

3 OBJETIVOS COMUNS, ESFORÇOS CONJUNTOS

A capacidade do Sistema de Áreas Protegidas para produzir benefícios à sociedade está diretamente associada à eficácia na gestão desses espaços, o que demanda planejamento, implementação, monitoramento e avaliação do trabalho proposto. Nesse sentido, um amplo senso de responsabilidade internacional levou a acordos fundamentais sobre a forma de trabalhar para conseguir uma maior eficácia da rede mundial de áreas protegidas. Exemplos disso são os documentos do V Congresso Mundial de Parques, celebrado em Durban – África do Sul em 2003 e o Programa de Trabalho sobre Áreas Protegidas (PTAP), adotado na Conferência das Partes da Convenção da Diversidade Biológica (COP 7) em Kuala Lumpur, Malásia, em 2004.

O objetivo central do PTAP é "apoiar a criação e a manutenção, para 2010 no caso de áreas terrestres e para 2012 no caso de áreas marinhas, de sistemas nacionais e regionais completos, eficazmente manejados e ecologicamente representativos de áreas protegidas que, em conjunto contribuam para a consecução dos três objetivos da Convenção da Diversidade Biológica e para a meta de reduzir significativamente o ritmo atual de perda de diversidade biológica até 2010" (SCDB, 2004)

Este Programa de trabalho considera 16 objetivos específicos e mais de 90 atividades e está composto por quatro elementos vinculados entre si, que ao serem aplicados se reforçam mutuamente. Essencialmente o elemento 1 do programa se refere ao "que" os sistemas de áreas protegidas devem conservar e "onde". Os elementos 2 e 3 tratam de como aplicar com eficácia os sistemas de áreas protegidas, incluindo questões de governança, participação e capacitação e por fim, o elemento 4 se refere aos passos necessários para avaliar e supervisionar a eficácia das medidas adotadas nos elementos anteriores.

[5] Os "Objetivos de Desenvolvimento do Milênio" surgiram a partir de grandes conferências internacionais dos anos 90, sobre população, direitos humanos e meio ambiente. Referidos objetivos integram compromissos assumidos nessas conferências numa grande agenda mundial de desenvolvimento, com metas claramente definidas, prazos nos quais devem ser cumpridas e indicadores de progresso alcançado por cada região, país, comunidade do planeta.

Ao adotar o Programa de Trabalho, cada país se compromete a trabalhar em nível nacional e internacional, para cumprir objetivos claramente definidos e metas com prazos específicos para as áreas protegidas de todo o mundo.

Em resposta à necessidade de avaliação da implementação do PTAP, foi realizada, em maio de 2010 em Nairóbi, Quênia, uma reunião do SBSTTA[6], onde se reuniu as mais recentes informações sobre os progressos realizados até o momento, os principais obstáculos encontrados na aplicação do programa, bem como sugestões para superá-los. Os resultados desta reunião devem receber grande destaque durante a COP 10 que acontecerá em outubro deste mesmo ano em Nagoya, Japão, já que compila as melhores informações referentes ao tema e pode funcionar como base para o estabelecimento de novas metas para os anos que se seguem.

4 AVANÇOS, PONTOS CRÍTICOS E DESAFIOS

O PTAP foi considerado pela IUCN como um dos Programas de Trabalho mais exitosos da CDB, sendo o primeiro a estabelecer metas mensuráveis para um monitoramento dos progressos alcançados.

De acordo com os documentos UNEP/CBD/SBSTTA/14/5 (2010) e UNEP/CBD/SBSTTA/14/5/Add. 1 (2010), o PTAP teve importante êxito, reunindo e estimulando a comunidade internacional da conservação para fomentar sua aplicação nos âmbitos nacionais. Desde sua a aplicação em 2004, foram estabelecidas um total de 6.000 novas áreas terrestres e 800 marinhas, que recobrem uma superfície aproximada de 112,39 milhões de hectares, podendo-se destacar especial avanço na criação dessas áreas na América Latina, África Ocidental, Madagascar, Leste da Europa e no Pacífico. Dessa forma, considera-se que houve um bom progresso no que se refere ao estabelecimento e consolidação de sistemas nacionais e regionais de Áreas Protegidas.

Outros pontos destacados positivamente se referem à avaliação da eficácia da gestão, o desenvolvimento de ferramentas e metodologias específicas e a supervisão eficaz da cobertura, situação e tendências das APs. Se considera ainda que houve um razoável avanço na planificação e gestão local e na utilização de conhecimentos científicos no estabelecimento de gestão das APs.

No entanto, apesar dos progressos alcançados, foram encontradas algumas importantes restrições à implementação do PTAP, como o financiamento sustentável a longo prazo, a insuficiência de recursos humanos (em países em desenvolvimento e em alguns desenvolvidos), capacitação inadequada, pouca sensibilização e participação de interessados diretos, conhecimentos limitados sobre os benefícios das APs em relação à mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, à mitigação da pobreza, bem como sobre a importância dessas áreas para a provisão de serviços ecológicos.

No que se refere às ameaças às Áreas Protegidas, estas variam, assim como seus níveis, de país para país, no entanto, em âmbito geral, algumas continuam prevalecendo: a fragmentação de hábitat, usos “contraditórios” nos entornos, espécies invasoras, mineração,

[6] SBSTTA é a sigla em inglês, de Órgão Subsidiário de Aconselhamento Científico e Tecnológico, que funciona como um grupo consultivo intergovernamental, o qual é responsável por fornecer à Conferência das Partes, informações técnicas, científicas e tecnológicas, relacionadas à implementação da Convenção da Diversidade Biológica.

alterações nos regimes hidrológicos e de incêndios, impactos causados por visitantes, práticas agropecuárias e de caça, as mudanças climáticas, dentre outras.

Os documentos UNEP/CBD/SBSTTA/14/5(2010), UNEP/CBD/SBSTTA/14/5/Add. 1 (2010) e UICN (2010) destacam questões prioritárias, que merecem especial atenção nos anos que se seguem, e dentre elas, se distinguem a necessidade urgente de reforçar a proteção do meio marinho mediante o estabelecimento de áreas protegidas, já que os avanços nesse sentido foram pouco significativos e o estabelecimento de APs para outros ecossistemas que não estão suficientemente bem representados, como os de água doce, os bosques de coníferas tropicais e subtropicais e as savanas temperadas. Outro ponto premente se refere ao fato de que 20% das espécies ameaçadas e mais da metade das áreas prioritárias para a biodiversidade não estão representadas nos Sistemas de Áreas Protegidas, o que pressupõe a necessidade de expansão da cobertura das APs, com foco em salvaguardar essas espécies. Os documentos acima citados destacam ainda a necessidade de atenção, no que se refere à conectividade das Áreas Protegidas, à restauração ecológica e à necessidade de criar maneiras inovadoras de aumentar a consciência sobre o papel fundamental das Áreas Protegidas tanto para a conservação como para o uso sustentável da biodiversidade.

5 CONCLUSÕES

Embora a importância da manutenção da saúde dos ecossistemas (sustentada pela diversidade biológica) para a humanidade seja cada dia mais patente e a “conservação”, aos poucos, vá perdendo seu caráter, antes periférico, em setores transversais como a economia; os dados publicados recentemente no “Panorama da Biodiversidade Global 3” não são animadores. As pressões que conduzem à perda da biodiversidade não são apenas constantes, senão que, em alguns casos, estão se intensificando; o que levou ao Secretário Geral das Nações Unidas a classificar de “fracasso coletivo” a tentativa de redução significativa da taxa de perda de biodiversidade até 2010.

Os processos que ameaçam o futuro do planeta são extremamente complexos e podem levar a um dano ambiental irreversível. Nesse contexto as APs vêm reafirmando sua importância e os esforços no sentido de fortalecer o Sistema de Áreas Protegidas pouco a pouco, vêm rendendo frutos que se refletem, por exemplo, na significativa expansão de terras e águas protegidas nos últimos anos, no entanto, a sustentabilidade desses espaços continua comprometida por obstáculos recorrentes como as limitações financeiras, técnicas e humanas, a ausência de informações científicas ou as dificuldades em acessá-las, a restrita conscientização sobre as questões de biodiversidade pelo público em geral e pelos tomadores de decisões, assim como a limitada transversalização da conservação.

A eminente urgência em manejar ecossistemas complexos, que assegurem a manutenção da diversidade biológica associada ao desenvolvimento social e econômico, no contexto de um mundo em constante transformação e imerso em crises econômicas internacionais, se converte em um grande desafio para os profissionais da conservação, os quais necessitam adaptar-se à dinâmica de transformações e intervir de forma planejada, monitorando os resultados de suas atuações com vistas a ajustá-los e a adaptar resultados que levem a situações subseqüentes mais efetivas.

Encontrar formas racionais de utilizar os recursos naturais e manejar as paisagens, bem como uma melhor compreensão do valor do nosso patrimônio biológico, é

seguramente, um ponto chave na construção de um mundo mais sustentável, do qual a humanidade possa seguir fazendo parte.

Artigo recebido em: 29/04/2010
Artigo aceito em: 27/05/2010

REFERÊNCIAS

SCDB (Secretaría del Convenio sobre la Diversidad Biológica). **Programa de Trabajo sobre Áreas Protegidas Montreal**, 2004.

SCDB (Secretariat of the Convention on Biological Diversity). **Global Biodiversity Outlook 2.** Montreal, 2006.

SCDB (Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica). **Panorama da Biodiversidade Global 3.** Brasília, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas (MMA), 2010.

UICN. **Reforzando la contribución de las áreas protegidas a la conservación de la biodiversidad: el papel del Programa de Trabajo sobre Áreas Protegidas del CDB**. Disponível em: http://cmsdata.iucn.org/downloads/powpa_pp_sbstta14_sp_final.pdf. Acesso em: 25 mai. 2010.

UNEP/CBD/SBSTTA/14/5. **In-Depth Review of the Implementation of the Programme of Work on Protected Areas**. Disponível en: http://www.cbd.int/doc/meetings/sbstta/sbstta-14/official/sbstta-14-05-en.pdf. Acesso em: 22 mai. 2010.

UNEP/CBD/SBSTTA/14/5/Add.1 **In-Depth Review of the Implementation of the Programme of Work on Protected Areas (Addendum - Executive Summary and Suggested Recommendation)**. Disponível em: http://www.cbd.int/doc/meetings/sbstta/sbstta-14/official/sbstta-14-05-add1-en.pdf**.** Acesso em 24 mai. 2010.

Para saber mais sobre:

Convenção da Diversidade Biológica
http://www.cbd.int/
Programa de Trabalho sobre Áreas Protegidas
http://www.cbd.int/protected/pow/learnmore/intro/
Comissão Mundial de Áreas Protegidas
http://www.iucn.org/about/union/commissions/wcpa/
Banco de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas
http://www.wdpa.org/
Enfoque Ecossistêmico
http://cdn.www.cbd.int/doc/publications/ea-text-en.pdf

Avaliação Ecossistêmica do Milênio
http://www.millenniumassessment.org/en/index.aspx
Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
http://www.pnud.org.br/odm/#
Acordo de Durban
http://cmsdata.iucn.org/downloads/durbanaccordes.pdf